

Com esses números, não haverá desenvolvimento

Wilson Cano (*)

A desinformação (a esperta e a ingênua) que tem sido lançada sobre a opinião pública prosperou muito nos últimos dias.



As manchetes otimistas retomaram espaço de certos órgãos de imprensa, e entre elas as mais fantasiosas foram as de que o FMI teria cedido a pressões do governo brasileiro e que o governo estaria, agora, partindo para a adoção de uma política de recuperação.

Ora, até os pouco iniciados em economia sabem que isso é pura chalaça! O objetivo básico do FMI é conseguir fazer com que o País produza crescentes saldos positivos na balança comercial, para poder pagar os escorchantes juros à finança internacional.

Contudo, não têm tido, também nisso, total sucesso: afinal, os US\$ 10 bilhões ou US\$ 12 bilhões de saldo, descontado o rombo de US\$ 4 bilhões do balanço de ou-

tros serviços (frete, assistência técnica, royalties, etc.), não serão suficientes para cobrir nem três quartos dos juros e, dadas as amortizações previstas, emplacaremos o início de 1985 com nossa dívida acrescida de US\$ 11 bilhões a US\$ 12 bilhões.

A "generosidade" do FMI resumiu-se, na verdade, a dois pontos:

1. "Permitiu" que a expansão da base monetária, antes (quinta carta) acordada em 50%, fosse elevada para 95%, o que, diante de uma inflação que deverá fechar o ano de 210 a 220%, representa, a bem da verdade, drástico aumento da contração da liquidez real. Aliás, a "nova" meta de 95% já foi superada em julho, quando atingiu 101%.

2. "Permitiu" a revisão da meta para o superávit operacional do setor público, de 0,3 para 0,5% do PIB, o que significa novos cortes do gasto público ou maiores cargas tributárias mascaradas.

Quanto à "nova atitude" do governo, a supostamente recuperacionista, basta que se confrontem os dados da inflação com os da pro-

posta orçamentária para 1985.

Marotamente, diante de uma inflação que até os anjos sabem que ultrapassará a cifra de 200%, o governo estimou a receita em mais 160%.

Mesmo o leitor não economista bem sabe que a previsão de mais 175% para o Imposto de Renda será mera repetição da "peça" que foi pregada ao contribuinte em 1984.

A meta para o IPI, que é de 167%, traz implícita a continuidade da recessão industrial, ao contrário das considerações contidas na proposta.

O descompasso entre a "meta" inflacionária (160%) e a de algumas tarifas e impostos põe a nu as reais intenções: os infelizes dos usuários particulares de energia elétrica e os proprietários de veículos serão presenteados com o aumento de arrecadação nesses itens pouco acima de 200%, quarenta pontos acima, portanto, da inflação desejada.

Em que pesem recentes declarações dos ministros da área econômica de que

"o País tem agora mais espaço para crescer, graças ao acúmulo das reservas, com o que as importações poderão ser mais generosas", o aumento da arrecadação estimada para o imposto de importação foi previsto no mesmo nível da inflação, isto é, com crescimento nulo. Ora, isto significa que não haverá nenhum aumento das importações ou, o que é pior, a ameaça "sigilosa" de uma acentuada rebaixa das tarifas já não se encontra mais no campo das intenções governamentais, mas sim no de suas ações.

A propalada "decisão governamental para recuperar a economia do País" pode ainda ser criticada nos próprios termos da mensagem orçamentária. Ela diz que o PIB crescerá, graças aos setores que estão exportando, à expansão da indústria mineral, à agricultura (?), e pela utilização da capacidade ociosa do parque produtivo nacional.

Parece que os tecnocratas não se deram conta de que, para que isso ocorra, há que se reativar os principais componentes da

demanda efetiva: o consumo e o investimento. Com relação a este último, a única certeza que temos é que não será maior do que os níveis atuais. Quanto ao consumo, nem é bom pensar na ilusão de que os salários reais serão recuperados a curto prazo.

Alguns tolos, diante da inexorável repetição do "erro" orçamentário de 1984, que ensejará novo e elevado superávit fiscal em 1985, pensam que o gasto público seria reativado. Na verdade, as decisões acertadas com o FMI comprometem o uso desse saldo no orçamento monetário, para tapar o sol com a peneira, isto é, para amortecer uma fração do serviço da dívida interna.

Pior que tudo, é que este orçamento está sendo "preparado" para um governo que — queira Deus — possa significar uma efetiva transição política e econômica: a da democracia e a da recuperação. Tomara isso não venha a significar uma bomba de efeito retardado.

(*) Professor do Instituto de Economia da Unicamp.